

# A PERCEPÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO E A TRANSMISSÃO GERACIONAL EM MULHERES QUE SOFREM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Raquel Furtado Conte \*  
Bruna Krimberg von Mühlen \*\*

**Resumo:** O presente estudo propõe-se a refletir acerca da contribuição dos dispositivos de sexualidade e geração para a compreensão da percepção da violência de gênero em mulheres que vivenciaram essa experiência. A partir de entrevistas com 24 mulheres, as pesquisadoras investigaram a violência entre as gerações e a sua percepção sobre essa experiência. As entrevistas foram gravadas e transcritas e o referencial de análise foi o de conteúdo. As bases teóricas utilizadas foram a psicologia sistêmica e a psicanálise. Os resultados apontaram para os padrões de comportamentos que as mulheres repetem, a partir da transmissão multigeracional e da atribuição da feminilidade com a maternidade e o lugar de esposa. As conclusões revelaram que as mulheres ainda precisam resistir ao não desejo e à manutenção do lugar de escravas de seu destino.

**Palavras-Chave:** Geração. Percepção. Sexualidade. Violência de gênero

## THE PERCEPTION OF GENDER VIOLENCE AND GENERATIONAL TRANSMISSION IN WOMEN WHO SUFFER DOMESTIC VIOLENCE

**Abstract:** This study aims to reflect on the contribution of sexuality and generation devices to the comprehension of the perception of gender violence in women who have experienced it. Based on interviews conducted with 24 women, the researchers studied intergenerational violence and their perception of this experience. The interviews were recorded and transcribed, and the reference of analysis was that of content. The theoretical bases employed were systemic psychology and psychoanalysis. The results showed the patterns of behavior that women reproduce, based on multigenerational transmission and the attribution of femininity with maternity and the place of wife. The conclusions have revealed that women still must resist the non desire and the maintenance of the place of slaves of their fate.

**Keywords:** Generation. Perception. Sexuality. Gender Violence.

## Introdução

Considerando a importância de conhecer a experiência subjetiva e pessoal, assim como as atividades públicas e políticas das mulheres em situação de violência, neste estudo, objetivamos discutir as narrativas de mulheres que vivenciaram a violência de gênero, à luz dos pressupostos teóricos da psicanálise e transmissão geracional, com base nos resultados das pesquisas das autoras. A partir do recorte de entrevistas com mulheres que vivenciaram a violência com seus parceiros, pretendemos, também, dar maior visibilidade ao tema das violências simbólicas

enraizadas através das gerações nas sociedades (BORDIEU, 2001). A teoria do espaço consciente de Burlae (2004) compreende a violência como o senso de ser capturada por um espaço de barreiras sexistas e culturais, afetando a integridade psicológica da mulher. Essas regras culturais oferecem papéis para manter a hierarquia patriarcal. Como a mulher não é protegida pela cultura, ela deve utilizar estratégias e estabelecer limites para evitar aprisionamentos.

O conceito de gênero, em termos gramaticais, remete a uma forma de categorizar fenômenos com base em uma distinção e classificação descrita de forma objetiva a partir da atribuição do masculino ou do feminino. De acordo com Scott (1995), esse conceito teve sua aparição mais recente entre as feministas americanas, com o objetivo de enfatizar o caráter social das distinções baseadas no sexo. Foi a partir das pesquisadoras feministas que surgiu a importância de se discutir gênero associado à classe, raça e etnia. Nesse sentido, além de incluir o estudo das mulheres ao longo da história, é preciso considerar a experiência subjetiva e pessoal, bem como as atividades públicas e políticas. Assim, a discussão de gênero envolve tanto a análise acerca da experiência masculina e feminina no passado, como sua prática histórica no presente, a partir da organização e percepção do conhecimento histórico e de seu atravessamento nas relações sociais humanas.

Militantes feministas, desde os anos 70, têm se organizado em movimentos de resistência que incentivam as denúncias de violência no âmbito familiar, com *slogans* como: "Quem ama não mata!" e "O silêncio é cúmplice da violência" (BANDEIRA, 2008; LIMA; BÜCHELE; CLÍMACO, 2008). O movimento feminista foi responsável por dar visibilidade à violência contra a mulher e denunciar essa violência como pertencente à dimensão pública e coletiva, lutando para incluí-la na agenda de violações dos direitos humanos. No entanto, apenas em 1993, a Conferência dos Direitos Humanos de Viena explicitou a questão da igualdade de gênero, e ainda é recente a incorporação da violência de gênero como uma violação de direitos humanos (SILVEIRA; NARDI, 2011).

Para Scott (1995), a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade favoreceu para que o termo "gênero" se tornasse uma palavra particularmente útil, pois ofereceu um meio de se distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens. Gênero, como categoria social imposta sobre um corpo sexuado, enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é

direta e exclusivamente determinado por ele, nem determina diretamente a sexualidade. Para Scott, a compreensão da identidade de gênero remete à reflexão tanto do patriarcado, quanto das contribuições marxistas e suas implicações na divisão social e sexual do trabalho, e bem como das contribuições da psicanálise, por meio da importância das relações objetivas.

Saffioti (2011) compreende que gênero não se resume a uma categoria de análise, também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual. Assim como Scott (1995), a autora afirma que gênero é uma construção social do masculino e do feminino.

A transmissão geracional perpassada pelo parentesco reforça as representações de papéis e funções sexuais, por meio de leis, normas e instituições, como as famílias, escolas, mídia e instituições religiosas e, pela subjetividade fomentada pela cultura patriarcal (MUHLEN; STREY, 2013).

A fim de contemplar os estudos sobre a violência de gênero, compreendemos que a tradução do mundo social, da subjetividade e da história das mulheres que vivenciaram a violência com seus parceiros, somente é possível por meio da sua percepção afetiva e sensorial sobre o fenômeno. Assim como nos afirma Le Breton (2011), a percepção é uma apropriação simbólica do mundo, o sentido instaura-se no indivíduo com as coisas e no debate com os outros para sua definição.

O conceito de violência de gênero é muitas vezes confundido com os conceitos de violência contra as mulheres ou com o de violência doméstica ou intrafamiliar. O termo “violência de gênero” tem uma amplitude maior, já que engloba os demais. Para Saffioti (2011), a violência de gênero compreende o gênero numa vertente de relação com a dominação-exploração, enquanto, nos demais conceitos de violência, há uma ênfase sobre a noção do patriarcado, demarcando a presença masculina no fenômeno. De acordo com a autora, a violência familiar envolve membros da família (extensa ou nuclear), levando-se em conta a consanguinidade e a afinidade. Essa violência pode ocorrer no âmbito doméstico ou fora dele, sendo que a violência intrafamiliar extrapola os limites do domicílio. Nos casos de violência doméstica, as vítimas podem ser agregados, como empregadas/os domésticas/os. Nesses casos, o território de domínio é demarcado de forma geográfica e simbólica e ocorre no interior do domicílio.

Narvaz e Koller (2006) afirmam que violência contra a mulher corresponde a qualquer ato ou omissão de discriminação, agressão ou coerção que cause danos, morte, constrangimento, sofrimento – seja ele físico, sexual, moral, psicológico, social, político, econômico, patrimonial, limitação – que seja ocasionado pelo simples fato de a vítima representar o feminino. A violência de gênero, para Marinheiro, Vieira & Souza (2006), compreende ações ou circunstâncias que submetem unidirecionalmente, física e/ou emocionalmente, visível e/ou invisivelmente, as pessoas, em função de seu sexo.

De acordo com Saffioti (2011), a organização social, baseada no gênero, ou seja, na virilidade como “força-potência-dominação” (p.75), permite prever que há um desencontro amoroso marcado entre homens e mulheres. Essa organização social, de certa forma, permite um consentimento social para que os homens exerçam a dominação por meio da força contra as mulheres, em detrimento de uma virilidade doce e sensível, que seria mais adequada ao desfrute do prazer. Além das mulheres, os próprios homens são prejudicados com tal cultura de dominação.

Para Kehl, as mulheres, ao longo da história, ocuparam uma posição de “Outra do discurso” (KEHL, 2002, p. 65), uma vez que a construção discursiva de publicações foi produzida, predominantemente até o Século XX, pela visão masculina. Essa posição ficou explícita tanto no sentido político como subjetivo. Alienadas no sentido político, as mulheres ficaram sem acesso ao poder político não podendo garantir seus direitos fundamentais para se tornarem sujeitos da própria história. Já em relação ao sentido subjetivo, as mulheres, ao serem descritas por um outro, não puderam se apropriar do falo da fala. De acordo com Kehl, a mulher do século XXI é sujeito de um desejo cuja satisfação está além da visão freudiana no casamento e na maternidade. Portanto, a escuta e a compreensão daquilo que é dito do feminino deve surgir a partir do feminino e não pelo discurso através do masculino.

A sexualidade feminina, na esteira do que afirma Dio Bleichmar (1997), conduz um retorno às origens, ou seja, às origens da sexualidade feminina ao feminino nas origens da psicosexualidade humana. Para a autora, a feminilidade é anterior à menina, à mãe e ao pai, uma vez que é nas instituições do simbólico que é constituída. A feminilidade primária é comum a todos os sexos e não se trata da feminilidade da mulher, mas da situação de desamparo frente a uma situação traumática diante da dependência de um Outro que lhe decifre. Nesse sentido, o par feminilidade-

passividade adquire um caráter vital nas origens da psicosexualidade. A feminilidade, portanto, está na origem da constituição psicosexual de todos os seres humanos. Nessa condição, todo ser humano não escapa da sedução originária. Confrontado com um mundo adulto, todo infante recebe mensagens impregnadas de significações sexuais inconscientes, as quais são percebidas como uma exigência a traduzir.

De acordo com Freud (1996 [1937]), a sexualidade feminina pode ser compreendida como um destino da sexualidade na mulher, e esta pode vir a se realizar, ou não. Nesse sentido, ela está relacionada à lógica fálica, o que não acontece com o termo feminilidade. A feminilidade remete a dois sentidos distintos e paradoxais, ela pode ser compreendida como uma saída frente à castração, indicando a impossibilidade de simbolização no sentido de uma negatividade, sendo apreendida como o indizível, a angústia, o enigma. Por outro lado, ela pode estar relacionada à vida pulsional e referir-se a uma positividade. Nesse caso, há uma erogenização não submetida à lógica fálica, com ênfase nos estágios iniciais do desenvolvimento: o pré-edípico, o afeto, os primeiros destinos da pulsão.

Diante da experiência de negatividade, como a perda da referência fálica e a situação de desamparo, há uma questão que pode ser discutida em relação a uma nova forma de trabalho psíquico ou de transformação da pulsão, na qual a feminilidade pode se constituir como uma forma singular de sublimação. Para Arán (2009), é possível compreender que haja uma outra forma de erotismo que não seja aquela em relação a uma referência fálica. Portanto, para a psicanálise, o feminino e o masculino não existem de forma ontológica, mas são perpassados pelas formas de subjetivação do sujeito frente ao outro. Os processos identificatórios constituem o sujeito, não preexistindo uma identidade sexual. A identificação feminina primária, reconhecida como a feminilidade não submetida à lógica fálica, pode ser recalcada em ambos os sexos.

Nesse sentido, há um desafio, ainda que incipiente, de que o corpo feminino obtenha um significante por si só, ou seja, uma positividade, uma vez que essa experiência foi historicamente recalcada, ou mesmo expulsa do esquema simbólico dominante. Isso implica em reconhecer o feminino e a sexualidade feminina com sua multiplicidade de singularidades e não limitada, como uma alteridade ao modelo masculino (ARÁN, 2009).

Ao considerar a mulher como fruto das relações sociais, é possível compreender que a construção de seus papéis e funções, também estão atreladas à educação recebida na família, na escola e no meio social. A naturalização da violência gerada num seio familiar sexista e patriarcal, podem favorecer a cultura da dominação e do controle do homem sobre a mulher, sem que ela a perceba (SAGOT; CARCEDO, 2000; NARVAZ; KOLLER, 2006; MENEGHEL; MARTINI VIAL, 2008).

Walker (1979) apresentou o ciclo da violência a partir de um estudo em que ouviu 1500 mulheres em situação de violência doméstica, ressaltando que a violência entre homens e mulheres em relações de intimidade apresenta três fases: a) acumulação da tensão; b) explosão; e c) lua de mel. Para a psicóloga, essas fases, ao se repetirem, podem levar ao feminicídio.

As mulheres tendem a buscar os serviços na fase de explosão, com tendência a retomar seus relacionamentos com os agressores no período da fase de lua de mel. Portanto, quando as mulheres tomam consciência, surgem necessidades de mudanças e de prevenção (BURLAE, 2004).

Para a discussão e alcance dos objetivos do estudo, inicialmente apresentamos o método utilizado para a coleta de dados com as mulheres participantes da pesquisa, seguido dos resultados e discussões sobre os conteúdos verbalizados pelas mulheres. Para concluirmos, finalizamos com as considerações finais e as referências.

## **Material e método**

Para a realização dessa pesquisa de cunho qualitativa, exploratória e descritiva, utilizamos inicialmente artigos e livros clássicos sobre os temas, a fim de introduzir o objetivo e as relações pertinentes a esse estudo. Após a revisão teórica, consultamos, como fontes, as pesquisas realizadas pelas autoras do presente trabalho, durante a realização de seu doutorado.

A primeira pesquisadora investigou as violências em três gerações. As mulheres que aceitaram participar eram membros de três gerações (filhas – 3ª geração, mães – 2ª geração, e avós – 1ª geração) de seis famílias judias entrevistadas, nove mulheres no Brasil, e nove na Austrália. Para fazer parte dessa pesquisa, foi necessário que todas as mulheres pertencentes às três gerações consentissem em participar como entrevistadas. A escolha das participantes foi por

conveniência/indicação. Em um primeiro momento, as participantes foram acionadas na rede de contatos da pesquisadora, tanto no Brasil, quanto na Austrália. Em um segundo momento, foi utilizada a técnica de “bola de neve”, isto é, quando as próprias participantes indicam outras (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002). A maioria das entrevistadas escolheu ser entrevistada em suas casas, a minoria escolheu ser em local de trabalho ou em alguma instituição judaica; porém, todas foram entrevistadas de forma individual, permanecendo no ambiente apenas a pesquisadora e a entrevistada.

Seguindo o modelo de Jovchelovitch e Bauer (2002), as entrevistadas foram informadas sobre o contexto da pesquisa. Em seguida, foram solicitadas a iniciar a narrativa por meio do seguinte tópico central: conte o que é ser mulher judia através da sua história de vida. A história oral é um recurso usado para a elaboração de estudos e registros referentes à experiência social de pessoas e de grupos, além de reconhecida como história viva (MEIHY; BARBOSA, 2007).

Ao longo das entrevistas, na medida do possível, não foram feitos comentários, a não ser sinais não verbais ou murmúrios de encorajamento explícito para a continuação da narração. Eventualmente, foram tomadas notas para perguntas posteriores. Quando a entrevistada chegava ao final, era perguntado se existia algo a mais que ela gostaria de contar ou dizer. Por fim, a fase de questionamentos, após a narração ter chegado a um “fim natural” (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002, p. 99).

A segunda pesquisadora realizou a coleta de dados com 21 mulheres que aceitaram participar da pesquisa durante o momento de observação-participante no Departamento Médico Legal. No período da observação-participante no serviço, foram utilizados os diários de campo como material de registro e, posteriormente, esses dados forneceram subsídios para compreender o contexto social que as mulheres frequentavam. Essas mulheres buscaram o serviço para realizarem o exame de corpo de delito das agressões físicas sofridas por seus parceiros. A partir da aproximação da pesquisadora, elas foram convidadas a participar ou não da pesquisa, a fim de explorar sobre os motivos e a situação que estavam vivenciando. A partir do aceite, as participantes eram conduzidas para uma sala reservada para iniciar a entrevista.

As entrevistas utilizadas pela segunda pesquisadora contemplaram os estudos das narrativas biográficas (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002). Esse tipo de entrevista visa encorajar e estimular o sujeito entrevistado (informante) a contar algo sobre

algum acontecimento importante de sua vida e do contexto social. Seguindo o objetivo do estudo, o de identificar a percepção das mulheres, a ideia é a de reconstruir acontecimentos sociais a partir do ponto de vista das informantes, nesse sentido, a influência da pesquisadora deve ser mínima. Nesse caso, emprega-se a comunicação cotidiana de contar e escutar histórias. Jovchelovich e Bauer (2002) ainda alertam para a importância do uso de linguagem, pela pesquisadora, adequada a que a informante emprega, pois o método pressupõe que a perspectiva da informante se revela melhor ao usar sua linguagem espontânea. Esses procedimentos baseiam-se na compreensão de que a linguagem empregada constitui a visão particular e, portanto, é reveladora do que se quer investigar: o “aqui” e o “agora” da situação em curso.

Para a análise dos dados das narrativas, foram utilizados os procedimentos sugeridos por Schütze (2010), ou seja, primeiramente foi realizada a análise formal do texto, a partir da qual foi realizada a seleção e o ordenamento das passagens narrativas que descrevem a sequência das violências em cada caso, com a marcação textual de finalização de um segmento e inicialização de outro. Portanto, foi demarcado o conteúdo racional, concreto, de quem fez o que, quando e onde. Além disso, foram analisados os conteúdos subjetivos, que ultrapassam os acontecimentos como: valores e julgamentos. Num segundo momento, foram ordenados os acontecimentos, chamados de trajetórias. A partir disso, foram identificadas suas dimensões subjetivas e comparadas às trajetórias individuais. O último passo foi o de comparar as semelhanças existentes entre os casos, permitindo a identificação de trajetórias coletivas.

Ambas as autoras realizaram as entrevistas após a autorização do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, sendo que todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de acordo com a Resolução 510/2016, em conformidade com o Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde. Cada participante cedeu uma entrevista individual com as respectivas pesquisadoras.

Para esse estudo, procuramos realizar um recorte dos dados obtidos nessas pesquisas, agrupando os conteúdos semelhantes em categorias, a partir da análise temática, conforme proposta por Minayo (2010). Essa forma de análise permite ao pesquisador encontrar o sentido das falas e aquilo que observou em campo, por meio do que se pode superar o nível descritivo de um material empírico. Após a leitura



exploratória dos resultados de cada pesquisa, a compreensão de segunda ordem só foi possível pela leitura atenta e aprofundada que deu origem às categorias empíricas ou unidades de sentido, sendo esse o momento de novas teorizações. Cada unidade de sentido contemplou leituras detalhadas para análise do material classificado.

## **Resultados e discussão**

A partir dos conteúdos emergentes nas entrevistas, foram elencadas três categorias temáticas, de acordo com as aproximações dos discursos das participantes e da aproximação ao tema da violência de gênero. Dessa forma, a primeira categoria foi denominada gerações, visto que as mulheres de diferentes idades fizeram referência às gerações mais novas e às mais velhas, associando noções de gênero transmitidas primeiramente pelos seus cuidadores. A análise das mensagens transmitidas de geração em geração evidencia a naturalização da violência e os espaços e papéis assumidos pelos homens e mulheres nos lares e no espaço público.

A segunda categoria elencada diz respeito às relações de gênero, as quais espelham tradições e valores inconscientemente determinados. Aspectos como a maternidade e as tarefas do lar aparecem como constituintes do ser mulher, fazendo com que muitas abdicuem do seu trabalho, de sua vida social e de seus vínculos com sua família de origem, visando servir às expectativas do parceiro, reforçadas pela cultura patriarcal e machista. A terceira categoria escolhida foi a sexualidade, como uma construção histórico-social em que, com o surgimento da família patriarcal, o homem passou a ter controle da sexualidade da esposa, e a mulher passou a ser sua propriedade. Conviver com papéis e funções sócio-historicamente construídos implica em conflitos vivenciados pelas mulheres em relação à sua sexualidade. A dificuldade em conciliar os papéis de mãe e mulher fazem com que muitas dessas mulheres se coloquem como objeto do desejo do outro, sendo que a sexualidade feminina fica restrita à maternidade.

Todas categorias estão interligadas, e visamos apresentar seus relatos para discutir a percepção das mulheres entrevistadas sobre o fenômeno da violência de gênero e como a sexualidade e a transmissão geracional interferem em seus discursos e relatos.

## **Gerações**

Na primeira pesquisa, tanto no Brasil quanto na Austrália percebe-se uma visão específica das mulheres da primeira geração sobre o judaísmo, ou seja, elas o relacionam a uma cultura e não a uma religião. Existe a ideia de que não é preciso seguir regras, como ir à Sinagoga ou cobrir a cabeça, para sentir-se judia. Fator que já se difere para algumas mulheres de segunda e terceira geração que parecem seguir a ideologia do judaísmo como um rigor patriarcal, como a reza em silêncio e fora de lugares públicos.

Os padrões interacionais familiares tendem a repetir-se. A família de origem produz modelos de comportamento, que são herdados pelas gerações seguintes, e as crenças, as regras e os modelos servem de parâmetros para as construções sociais. No trabalho de transmissão, cada família transfere sua forma de entender e apreender o mundo externo, e de organizar o interno (MENDONÇA; RIBEIRO, 2010). As crenças e valores passados entre as gerações resultam em prisões quando não há escolha consciente, nem a possibilidade de se seguirem os próprios desejos, por alienação da origem das crenças e rituais.

O processo de se diferenciar em relação às famílias de origem, isto é, ter autonomia para seguir suas crenças e desejos, é extremamente importante (ALARCÃO, 2002). Isso se torna um processo de lutas e renegociações internas e externas, reelaborando modos de ser e de estar no mundo (LAMAS, 2015). Contudo, quando tal processo não é conseguido, é provável que haja uma repetição do modelo dos pais, em uma tentativa de preencher e resolver falhas emocionais (SAMPAIO, 2012).

Podemos observar, no relato de uma das entrevistadas do estudo da primeira pesquisadora, que a religião e a reza estão presentes em seu discurso como práticas que devem ser realizadas solitariamente. Para essa mulher, brasileira de segunda geração, a mulher deve rezar sozinha, sem precisar fazê-lo em espaços públicos como os homens, que rezam em voz alta. E diz: “O quê elas ganham? Não entendo o que passa na cabeça, se é assim desde mil anos atrás, que eles continuam fazendo”.

As religiões, sendo sistemas de crenças, e criadas pelos homens, tendem a exaltar a mulher no discurso, mas não permitir que elas transcendam a muitos espaços, como quando conta outra mulher entrevistada, brasileira de terceira geração, que fala que “a mulher já vem pronta, rezar é um atributo masculino, mas a mulher

estuda as leis judaicas para não ser ignorante, pois ela é tão espiritualizada que não precisaria estudar”.

A segunda pesquisadora destaca que 10 mulheres entrevistadas relataram que eram religiosas e que, diante de Deus, a separação não era algo permitido, por isso, muitas optaram por “suportar” a relação com o agressor para não “pecar”.

A descontinuidade com os papéis e tradições das famílias de origem também foi perceptível nos relatos das mulheres dos estudos das pesquisadoras. Para algumas mulheres, a viuvez permitiu o fortalecimento e o asseguramento de um *status* social e familiar diferenciado dos seus pais, favorecendo sua autonomia e liberdade de viverem sozinhas, ou desejando para suas netas que elas estudem, e não que se casem. É possível identificar que a saída do lar de origem, o rompimento com os valores, tradições e modelos de casamento de seus pais fizeram com que elas buscassem um emprego, permitindo-lhes a opção de escolher o que desejavam, sendo o casamento uma possibilidade e não uma obrigação.

O divórcio, um direito conquistado em 1970, permitiu que algumas mulheres pudessem se divorciar, e optarem ou não por serem mães. Na pesquisa da primeira autora, uma das mulheres comenta que passou a “chefiar sua família”, porém, sentiu-se mulher quando pôde ser mãe.

No estudo da segunda pesquisadora, as mulheres que buscaram o exame de corpo delito apresentaram ambiguidade em relação às denúncias a serem realizadas contra os seus parceiros. Enquanto 10 mulheres revelaram que já haviam vivenciado outras relações violentas, as demais anunciavam sua primeira experiência. Na brevidade da entrevista com a pesquisadora, muitas não revelaram suas experiências com as famílias de origem, porém reforçavam o conflito entre denunciar os pais dos seus filhos e abandonar o lar, assim como o medo de recomeçar a vida com os filhos para sustentar. É possível concluir que as marcas de nascença, ou seja, as primeiras experiências em suas famílias de origem, proporcionaram um lugar e espaço para essas mulheres, predestinando-se a repetirem padrões de relacionamentos violentos, ou, em casos mais favoráveis, auxiliando-as a buscarem outros campos de possibilidades para se libertarem da linhagem da família de origem.

A moral religiosa e a moral patriarcal aparecem como fatores influentes na forma como essas mulheres podem ou não se permitir romper com a moral e os costumes de uma época. De acordo com Köche (1996), além dos motivos

econômicos, a orientação religiosa também contribuía para as famílias extensas. O casamento passou a ser precoce e essencialmente prolífero. A mulher era escolhida com vistas a produzir riquezas e filhos. Assim como a terra, as mulheres deveriam ser férteis e reproduzir as sementes plantadas do homem. Além disso, de acordo com Rocha (2014), a honra feminina social na sociedade rio-grandense e na judaica mais ortodoxa (tanto no Brasil, quanto na Austrália) é definida pelo código social da aliança matrimonial, em que se faz presente a demarcação da figura materna e o controle da sexualidade e, por outro lado, demonstra forças sociais dos valores e costumes referentes ao feminino à sua posição de esfera no lar.

Nesse sentido, as mulheres, no segundo estudo, referiram-se a um sentimento de culpa em romper com os relacionamentos, associado a sentimentos de traição com a tradição familiar e honra social e moral, de acordo com suas classes sociais. Enquanto sete das 21 mulheres estavam decididas a ir embora de casa e até mudar de cidade, 10 delas sentiam a moral religiosa e os costumes morais da família de origem como imperativos categóricos para permanecerem em seus casamentos.

Hartman e Hartman (2011) também enfatizam que, para as mulheres, o efeito da religião aparece relacionado aos papéis familiares, comportamentos esperados de mulheres na cultura patriarcal. Uma australiana de terceira geração fala que, antes, a responsabilidade das mulheres era a de cuidar da família, ter filhos, e preparar jantares, mas que isso vem mudando. Também salienta que, atualmente, é possível obter informações mais acessíveis e novas possibilidades de debates e reflexões acerca da cultura e dos papéis de gênero. Por outro lado, essa mulher comenta que é uma pena que muitas mulheres iniciam a ter consciência acerca desses temas apenas quando entram na universidade.

Algumas mulheres mostraram-se mais conscientes e já conseguem romper com algumas questões sexistas, que é um primeiro passo para o exercício do empoderamento pessoal, podendo refletir e questionar o que está posto ou cristalizado por correntes ortodoxas que não dão espaço para reinterpretção das leis religiosas. O empoderamento implica no reconhecimento de restrições sociais e religiosas a que muitas mulheres estão submetidas. Sobre isso foi percebida uma maior conscientização das mulheres de terceira geração, as mais jovens, exceto uma, que tem aulas com a esposa de um rabino ortodoxo, com sua mãe.

### *Relações de gênero*

A sociedade constrói concepções e funções diferentes para mulheres e homens. Ser mulher deve ser entendido como uma construção social, histórica e cultural, elaborada sobre as diferenças sexuais e sobre as relações que são socialmente construídas, como disse Simone de Beauvoir (1980) “não se nasce mulher, torna-se mulher” (p.35). Ou seja, o sexo não define o feminino ou o masculino, mas a cultura determina papéis e funções esperadas para cada sexo biológico. Os papéis desempenhados pelas mulheres estão engendrados na cultura, reforçados pelo patriarcado e o machismo. Sendo assim, os papéis e funções atribuídos às mulheres servem para a manutenção das relações de dominação, cabendo-lhes os cuidados do lar e dos filhos (SAFFIOTI, 2011).

A partir dos resultados levantados pela primeira pesquisadora, essa cultura ainda é predominante na atualidade, como aparece no discurso de uma mulher judia brasileira de segunda geração, quando fala que, para ela, as mulheres têm um papel muito importante na educação dos filhos, em conduzir as tarefas da casa e, ainda na formação moral de seus filhos. Acrescenta-se ainda, no discurso dessa mulher, a percepção de que as mulheres passaram a transcender e ocupar espaços públicos, pois conta que quase todas as mulheres de sua geração estudaram e trabalharam; apesar do fato de ela ter começado a trabalhar somente após o casamento.

Em relação aos resultados do estudo da segunda pesquisadora, sete mulheres, das 21 entrevistadas, possuíam trabalho e não relataram dependência econômica com seus parceiros, porém tinham dificuldade de separar-se deles, emocionalmente. A dependência emocional, também comentada por Zolet (2000), é compreendida como a posição de concessão e submissão extrema ao outro, por medo de perder o amor. Em geral, essa condição é derivada de inseguranças e dificuldades afetivas adquiridas desde o início da vida, nos vínculos com os cuidadores primários. Portanto, o fato de possuir independência financeira não garante que as mulheres se posicionem nas relações afetivas de forma não submissa.

Outro aspecto observado nessa pesquisa foi em relação à baixa politização das mulheres no que diz respeito à solicitação das medidas protetivas. Apenas três das 21 entrevistadas estavam protegidas pelas medidas de afastamento do parceiro, mesmo assim, foram agredidas. Por meio desse dado, é possível refletir acerca das possibilidades de leis e serviços relativos ao enfrentamento da violência contra a

mulher (conceito empregado nos serviços) e sua ineficiência quando as mulheres não se sentem suficientemente engajadas ou encorajadas no processo de enfrentamento. Se, por um lado, muitas mulheres ainda resistem em inserir-se na rede e buscar auxílio e proteção, por outro, encontramos mulheres que se inserem e não são efetivamente protegidas. A procura de uma instância externa e jurídica pode ser compreendida como a busca de uma interdição concreta e simbólica numa relação afetiva que se tornou insustentável. Porém, os serviços não podem garantir a preservação da vida.

Para a gerência dos afetos e das relações, não há judicialização que modifique as relações de poder, de dominação que atrelam homens e mulheres em relações abusivas. A cultura patriarcal e machista, assim como a forma de lidar com os afetos, devem ser incluídas como intervenções associadas às jurídicas. Apesar de atingirem o ápice da violência, a relação entre o casal não se encerra com as denúncias, sendo perpetuados os papéis e funções culturalmente determinados entre os parceiros. O rompimento desses acordos precisam ser redefinidos para além das leis, pois a cultura perpetua-se dentro dos sujeitos, quando não é possível refletir e questionar a seu respeito.

Também é importante salientar o fato de que todas as mulheres que buscaram o serviço para o exame de corpo de delito reconheciam e diferenciavam o tipo de violência experienciada. Os tipos de violências que mais mobilizaram as mulheres a buscar o serviço foram a violência física (relatada por 13 mulheres), assim como a violência psicológica associada às ameaças de morte e tentativa(s) de feminicídio. Considerando que o campo de observação e entrevista foi em um serviço no qual é realizado o exame de corpo de delito, era esperado que houvesse a preocupação com a materialidade do crime por meio da prova testemunhal (violência física) e da ficha de registro médico. Portanto, as mulheres identificam e diferenciam as diversas formas de violência, porém, é no momento de tensão, como afirma Walker (1979), que procuram os serviços, inundadas pelos sentimentos de medo, impotência e fragilidade. A posição de submissão e de passividade frente ao Outro é rompida quando a iminência da descontinuidade de sua existência ou de seus filhos torna-se mais preocupante.

Os sentimentos das mulheres, na pesquisa conduzida pela segunda autora, diante da agressão vivenciada, foram relatados a partir do discurso do medo da morte de si mesmas ou de seus filhos. A agressão aos filhos, ou a presença dos filhos na

cena da agressão, é um fator relevante para muitas mulheres procurarem ajuda e pedirem as medidas protetivas. As mortes psíquicas não são apresentadas e, muito menos, pensadas. Ao nos remetermos ao uso de mortes psíquicas, delimitamos aqui o campo da subjetividade dessas mulheres que, aprisionadas num corpo, numa cultura e numa alienação ao outro, não percebem o limite necessário entre o Eu e o Outro.

Em nove mulheres dentre as entrevistadas pela segunda pesquisadora, foi relatado que os episódios de violência estavam atrelados ao uso de álcool e outras drogas. Além disso, brigas por ciúmes, traições, são fatores que relataram como incentivadores da violência física. Além disso, 17 mulheres tinham filhos, alguns com o agressor e outros de relacionamentos anteriores. Dessas, duas estavam grávidas quando buscaram o serviço. Evidencia-se aqui o papel da maternidade e o atrelamento das mulheres a vínculos abusivos que são presenciados por seus filhos. Ao pensarmos que as relações de gênero são construídas a partir de uma cultura e reproduzidas em nossa sociedade, as mulheres, ao permanecerem nas relações abusivas, não apresentaram questionamentos e preocupações em relação à naturalização da violência na qual elas estavam implicadas.

Considerando que o sujeito se constitui a partir de suas relações sociais (LACAN, 1987 [1978]), é a partir do encontro com o Outro que ele pode refletir sobre suas identidades em diferentes territórios, constituindo, assim, sua individualidade. O papel da escuta qualificada e da psicologia aloja-se nesse espaço e lógica de oferecer ao outro a possibilidade de ser escutado e de ressignificar partes de si mesmo.

Por outro lado, se os sujeitos forem supervalorizados apenas por uma categoria dominante como “corpo” ou “lesão” (no caso do Departamento Médico Legal: suas atribuições e formas de tipificar), corremos o risco de não percebermos e nem compreendermos a diversidade cultural, fragmentando corpo, saúde e cultura (GEERTZ, 2001). Da mesma forma, Le Breton (2011) afirma que a racionalidade médica se ocupa de um saber do corpo, não incluindo o homem vivo.

De acordo com a visão dos autores, os sujeitos e seus corpos são indissociáveis, assim como o indivíduo e a cultura. Portanto, no Departamento Médico Legal, é imprescindível que alguns saberes locais sejam compartilhados com seu público, pois esses também lhes constituem enquanto espaço. Para isso, é preciso que todos os tipos de violência sejam escutados, já que os corpos representam o EU

dessas mulheres, além disso, representam a sexualidade, a sua herança social e histórica, em nossa sociedade, sendo um portador visível da autoidentidade (GIDDENS, 2002) assim como da sociedade.

Sarti (2014) afirma que a figura da vítima marca o discurso contemporâneo sobre a violência como forma de reconhecimento social do sofrimento, que se define pela noção de direitos. O sujeito que sofreu é, de certa forma, uma afirmativa de um sujeito de direitos. Esse olhar para o sujeito, que é um sujeito cidadão, vem do reconhecimento de uma violência cujo agente é o próprio Estado, aquele que precisamente teria a função de proteger o cidadão.

Além de todos os aspectos já destacados, as mulheres também revelaram as traições dos seus parceiros, assim como os sentimentos de vergonha atrelados à separação, bem como em explicitar tudo aquilo que já vivenciaram. Durante seus relatos, apareceram sentimentos de culpa, falta de cumplicidade com o parceiro e medo da reação dos filhos. Rezende e Coelho (2010) ressaltam que as emoções variam de significado conforme o grupo social e as circunstâncias em que se manifestam, portanto, é preciso estar atento para a expressão dos sentimentos nas relações sociais e de poder. Portanto, as mulheres sobrevivem às violências cotidianas, variando suas formas de expressão de acordo com as condições sociais em que elas se encontram. Nos serviços, isso não poderia ser diferente, uma vez que elas podem, ou não, aproveitar essas possibilidades de encontro com o outro, para buscar ajuda e refletir sobre seus próprios valores e modelos de relações repetitivas, ao longo das gerações.

Portanto, as relações de gênero são, também, manifestadas nas feridas expostas nos corpos das mulheres, são formas de deflagrar os relacionamentos baseados na força e no poder de um sobre o outro. A dificuldade das mulheres em denunciar revelam, ao mesmo tempo, um desejo de ruptura com as relações de dominação masculina e, por outro lado, uma denúncia aos serviços e à cultura que não têm apresentado mudanças efetivas, apesar das leis e serviços.

### *Sexualidade*

A sexualidade está relacionada a todos os aspectos de nossa vida e, assim como o corpo, é uma construção histórica, social e cultural que se integra e se



manifesta por meio da rede de significados do grupo social específico, possibilitando toda a expressão relativa ao sexo (STREY, 2004).

A família é a primeira instituição social que transmite valores sociais sobre sexualidade, local onde são encontradas marcas culturais perpetuadas através das gerações. Tais marcas são diferentes para homens e mulheres. Para as mulheres, o sexo e o prazer recebem conotações proibitivas, pecaminosas e perigosas (RESSEL et al., 2011). Nos dados da pesquisa da primeira autora, foi possível identificar que, no judaísmo ortodoxo, a sexualidade é reduzida à procriação, portanto, a mulher é valorizada por "gerar filhos". Esse fato ficou mais acentuado após o extermínio de 6 milhões de judeus durante o nazismo, o que fez com que os judeus ultraortodoxos quisessem "repor" esse número de judeus no mundo.

Existe uma tradição, chamada de *niddah*, que regula a separação dos casais no período da menstruação da mulher, por sete dias, seguidos da imersão da mulher em uma piscina de limpeza, a *mikveh*, como se ela estivesse impura. Chama a atenção para o controle de corpos e sexualidade de mulheres sob a afirmação de que a *mikveh* é um espaço para a inspiração espiritual, desde as leis bíblicas (HAR-SHEFI, 2013). Tal conotação aparece na fala de uma brasileira de segunda geração que conta que, quando fica menstruada, não pode ter relações com o marido, por estar "impura", sendo que, após esse período, vem o período fértil. Por isso, antes de ter relações de novo, ela deve banhar-se em uma banheira que recebe água da chuva (localizada em instituições judaicas mais ortodoxas) para se purificar. Assim, as mulheres tornam-se passivas, pois são socializadas para servirem ao outro, e sentirem culpa pelos problemas relativos ao sexo, esperando que a vontade parta do outro, pois aprendem que ter iniciativa é ser promiscua, e que seu papel é servir. Suas vozes são, desse modo, silenciadas, sendo oprimidas e dominadas por quem detém o poder, tornando-as impotentes, fazendo de seus corpos superfícies de inscrição de valores sociais e sexuais. A mesma entrevistada usava peruca, pois contou que, no judaísmo mais religioso, quando a mulher casa, recebe bençãos que se grudam no cabelo e apenas o marido pode ver. Importante destacar que ela fala que seu marido não é religioso, e é contra tais atitudes da mulher, mas esse era um padrão da sua família de origem, além de ela fazer aulas com a mulher do rabino mais religioso da cidade. É possível afirmar que a construção de gênero perpassa a forma com a qual a mulher lida com sua sexualidade. Reforçando sua submissão feminina, a postura recatada, cautelosa,

tímida, além do controle do homem sobre o corpo das mulheres. Assim, a representação do corpo feminino é uma invenção humana, em que ideias, crenças, valores e conceitos a respeito da mulher têm uma relação direta com a construção dos padrões de beleza ideais sobre o corpo feminino.

Para Mendonça e Ribeiro (2010), a condição da mulher brasileira do período compreendido entre a Colônia e as primeiras décadas do século XX desvela uma construção histórica de sua condição frente ao homem e à sociedade, tanto em relação ao gênero como à sexualidade. Da mesma forma que as mulheres sentem as pressões sociais da religião, pelas quais carregam o peso da dimensão do ser mulher em função da santa mulher idealizada pela Igreja, ela precisa dar vazão ao seu desejo, à sua sexualidade e a tudo que é decorrente disso. A manifestação do desejo e o apelo para a satisfação sexual colocam-na em permanente conflito pessoal, psicológico e social, dividida entre a moral introjetada ao longo dos séculos pela cultura patriarcal e, ao mesmo tempo, precisando redimensionar seu lugar associado à maternidade projetada, sua nova condição de mulher na modernidade, considerando sua causalidade íntima, tornando-se fonte da legitimidade do sujeito feminino.

Nos depoimentos das mulheres na busca pelo exame de corpo de delito da segunda pesquisadora, há uma ênfase sobre a reatividade das participantes frente à ação do marido diante delas ou de seus filhos. A dimensão “esposa” está demarcada pelo controle da sexualidade feminina e pela manutenção da honra familiar por meio da noção de fidelidade. A dimensão “mãe”, como um dos papéis assumidos pela mulher na sociedade brasileira, de certa forma, atua como um corte radical entre a reprodução e o prazer sexual, demarcando a conduta sexual feminina (ROCHA, 2014). Nesse sentido, a busca de ajuda para proteger seus filhos faz com que essas mulheres rompam com um *status* social peculiar das mulheres na estrutura social, pois, denunciando seus companheiros, elas revelam o rompimento de sua condição de assujeitamento à honra social previamente demarcada na sociedade. Portanto, a dissolução do casamento trata não só de uma luta individual moral de seus desejos, mas de uma redescoberta dos limites no código da honra e da aliança, na família, por meio de novos arranjos nos seus fundamentos morais.

Na esteira dessa discussão, estamos debatendo acerca do imaginário social, perpassado pela cultura que determina os valores e as formas de valorização do

feminino, confundido muitas vezes com o que, na psicanálise, denominamos de feminilidade. A vivência da sexualidade humana vai além disso. Conforme Dio Bleichmar (1997), a feminilidade é anterior à menina, à mãe e ao pai, uma vez que é nas instituições do simbólico que é constituída. A feminilidade primária é comum a todos os sexos e não se trata da feminilidade da mulher, mas da situação de desamparo frente a uma situação traumática diante da dependência de um Outro que lhe decifre.

Nesse sentido, a busca nos serviços parece vir ao encontro de uma busca de decifração de uma situação traumática na qual a mulher não encontra formas de simbolização, considerando sua situação de desamparo. É justamente diante da situação de desamparo que a sexualidade feminina pode buscar vias de sublimação, frente ao destino da feminilidade, ou seja, escapar da situação de alienação frente ao Outro ou permanecer como um enigma a ser decifrado (FREUD, 1996 [1937]).

Na fala de uma australiana de 60 anos, foi possível verificar questões relativas à honra social, a qual atrela a mulher às pressões sociais e culturais, por meio das quais sua sexualidade se insere e torna aparente suas formas de subjetivação frente ao outro. A participante em questão contou que se casou aos 21 anos, e logo teve três filhos. Aos 28, após ter nascido o terceiro filho, afirma que se deu conta do erro que cometeu ao escolher seu parceiro, mas não tinha coragem de partir sem estar trabalhando. No entanto, quando o seu filho menor tinha três anos, voltou a trabalhar em tempo integral. Seu ex-marido deixou claro que, se ela voltasse a trabalhar, seguiria responsável pelas crianças e, por isso, ela estava constantemente cansada. Por outro lado, sua filha comenta que acha que foi difícil a mãe se divorciar do pai, e espera não ter que passar pelas mesmas barreiras da mãe. Relatou que decidiu colocar a carreira em espera, e ser mãe em tempo integral. Comentou que seu marido a auxilia nas tarefas do lar, mas ela sente a pressão de dar conta de tudo do espaço privado e ter que estar emocionalmente disponível aos filhos. Também acrescentou que é difícil ter tempo para ela, já que deve manter a relação satisfatória com o marido, dar atenção e educar seus filhos, além de manter seu trabalho fora do lar. No entanto, comentou que gostaria de voltar a estudar e trabalhar.

Conforme Burlae (2004), sempre que uma mulher não pode transcender a novos espaços, existe violência em sua vida. Isso fica claro nas duas gerações das mulheres australianas, e de tantas outras entrevistadas. As duas foram ensinadas a

dirigir sua energia aos outros em primeiro lugar, deixando a si mesmas, muitas vezes, em último plano. Ensinadas a casar e serem mães, cuidar de casa e do marido, e ocupar o espaço privado. Felizmente, a mãe parece ter conseguido romper e transcender, pois divorciou-se, recasou-se, e hoje diz estar numa relação feliz, tendo chegado a ser diretora de escola em Sydney por 17 anos, ocupando posição de poder no espaço público. Já a filha diz ter desejo de voltar a ocupar o espaço público.

Considerando a sexualidade como uma possível categoria de análise em relação à sua implicação no fenômeno da violência de gênero, podemos afirmar que os valores morais construídos sócio-historicamente perpassam a construção da identidade de gênero dessas mulheres. Dessa forma, a sexualidade está atrelada à identidade sexual, a qual é construída a partir de processos identificatórios, ao longo da vida. A feminilidade pode ser considerada uma forma de sublimação frente aos arranjos de relação do sujeito com o outro. Dessa forma, as singularidades das mulheres, perpassadas pelos seus valores e crenças, advindas do seu laço social, devem ser repensadas quando elas buscam, ainda que de forma incipiente, um serviço que destine uma escuta e acolhimento às suas demandas.

### **Considerações finais**

As entrevistas realizadas pelas duas pesquisadoras visaram favorecer a narrativa das mulheres sobre suas vidas, a fim de favorecer o despertar da consciência, por meio do discurso, dando espaço para mulheres (res)significarem e perceberem os contextos de aprisionamentos, suas superações e possibilidades de empoderamento. A ideia de identificar as percepções das violências e suas relações com a sexualidade e forma de existir como mulher permitiu identificar as posições em que essas mulheres se colocam em relação ao outro.

Se as relações de gênero são socialmente construídas, também podem ser desconstruídas e desnaturalizadas. A conscientização é o primeiro passo, já que a cultura patriarcal existe apenas no inconsciente coletivo da maioria da sociedade, no Brasil e no mundo. Apesar de haver alguns países mais desenvolvidos nesse sentido, a maioria ainda tem cada vez mais evidências dessas relações destrutivas. Precisamos perceber que há um grande equívoco nos valores determinados pelo patriarcado e que ainda transmitidos, ao determinar o que é ou não normal. Além

disso, as classes sociais, as condições psíquicas de cada mulher, podem limitar suas possibilidades de autonomia e individualidade, processos esses que se estabelecem ao longo da vida nas relações precoces com figuras de afeto.

A partir dos resultados das pesquisas, compreendemos que os contextos de coleta de dados se tornam um campo em potencial, no sentido de que, por meio deles, as mulheres podem criar um espaço de interlocução com outros usuários, com especialistas, e serem informadas e acolhidas em suas demandas. A partir da qualidade da escuta, é possível que possam fazer uma nova leitura acerca dos seus direitos e redescobrirem-se quanto às suas identidades, ao narrar os dramas e as feridas no corpo. Nesse aspecto, o interlocutor é importante no processo de redescoberta, pois, no encontro com um outro que tenha uma escuta qualificada, ou diante da exposição do seu corpo ferido, é possível identificar e nomear as feridas psíquicas. Em ambas as teses, é possível reforçar a ideia de Foucault (1996) e Arendt (2009), ou seja, que o discurso é o sujeito inaugurado no mundo da fala, da ação que pratica em associação com aquilo que narra.

Portanto, as escutas especializadas seriam consideradas como um fator de extrema importância no que se refere à oportunidade de acolhimento e endereçamento ao sujeito acerca de suas questões, de modo a mobilizar seu aparelho psíquico a pensar sobre suas experiências, para além do corpo agredido. O local e os profissionais que ali se encontram, muitas vezes, precisam ocupar o lugar e a posição da função materna, definido por Bion (1991 [1962]) como a função de *revêrie*. Para isso, mais do que a disposição mental, é preciso a técnica da escuta e da devolução das angústias, de forma que o sujeito possa metabolizar os excessos e realizar o processamento dos estímulos externos e internos recebidos e mal representados. Nesse sentido, os serviços e a escuta terapêutica são considerados como mecanismos promotores de resiliência e de fortalecimento para as mulheres encontrarem apoio e oportunidades de denunciarem e romperem com os abusos silenciados, prorrogados e prolongados.

Atenta-se para o fato de que, no histórico de vida das mulheres entrevistadas, a violência física culminou após uma série de episódios recorrentes do mesmo tipo de violência: física e/ou a psicológica. Portanto, a percepção da violência ocorre nessas mulheres, mas a submissão e a banalização dessa violência mantêm essas mulheres aprisionadas em relações abusivas, até que um novo evento aconteça para que se

permitam denunciar e romper. O novo evento precisa ser algo diferente daquilo que as mulheres, até então, aceitavam, ou seja, precisa haver uma descontinuidade no pacto do casal. Por isso, a traição ou a violência física apareceram como algo “novo” na relação, com o qual elas não puderam encontrar outro destino que não fosse a denúncia. Esses aspectos, ao mesmo tempo que aparecem como universais, têm todo um colorido afetivo diferenciado para cada mulher que narrou seus dramas, o que demonstra suas subjetividades envolvidas, tanto em relação àquilo que toleravam, como em sua relação frente aos episódios e à busca de ajuda.

As narrativas biográficas podem servir como instrumento que favorece a implicação das participantes em suas trajetórias de vida, porém, é preciso que haja um encontro com um outro qualificado para escutar e posicionar-se de forma a não atribuir os seus valores e julgamentos frente àquilo que é narrado. A partir de uma postura investigativa e exploratória, é preciso que o profissional que atende nos serviços possa permitir que elas se escutem e encontrem nexos, rupturas e significações em seus deslocamentos, ao longo da sua história.

## **Notas**

\* Raquel Furtado Conte é doutora em Diversidade e Inclusão Social/FEEVALE, mestre em Psicologia do Desenvolvimento/UFRGS, especialista em Psicanálise pelo Centro de Estudos Psicanalíticos de Porto Alegre e Instituto Contemporâneo de Porto Alegre. Professora Adjunta I do Curso de Psicologia da Universidade de Caxias do Sul. E-mail: rfconte@ucs.br

\*\* Bruna Krimberg von Mühlen é doutora em Psicologia, especialista em terapia sistêmica de Família e Casal, mestre em Psicologia Social pelo grupo relações de gênero/PUCRS. Professora do Curso de Psicologia da Universidade de Caxias do Sul e coordenadora da especialização em psicologia sistêmica da UCS. Colaboradora do mestrado de Psicologia UCS. E-mail: brunakm.psi@gmail.com

## **Referências**

ALARCÃO, Madalena. **(Des)Equilíbrios Familiares**. Coimbra: Quarteto, 2002.

ARÁN, Márcia. A psicanálise e o dispositivo da diferença sexual. **Estudos Feministas**, v.17, n. 33, p. 653-673, 2009.

ARENDT, Hannah. **A condição Humana**. 11a Ed. Rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Revista Estudos Feministas**, v.16, n.1, p. 207-228, 2008.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**, v. I, II. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BION, Wilfred. Ruprecht. **Learning from Experience**. London: Karnac. 1991. (Trabalho original publicado em 1962).

BOURDIEU, Pierre. **Masculine Domination**. Stanford: Stanford University Press, 2001.

BURLAE, Krista. The theory of mindful space: Identifying, understanding, and preventing violence. **Affilia**, v. 19, n.1, p.85-98, 2004.

DIO BLEICHMAR, Emilce. **La sexualidad femenina: de la niña a la mujer**. Barcelona: Ed. Paidós, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

FREUD, Sigmund. **Análise terminável e interminável** [1937]. In: Obras Completas de Sigmund Freud, Vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1996.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

HARTMAN, Harriet; HARTMAN, Moshe. Jewish identity and the secular achievements of American Jewish men and women. **Journal for the Scientific Study of Religion**, v. 50, n. 1, p. 133-153, 2011.

HAR-SHEFI, Bitha. *Observance of Mitzvot: Custom and Halakhah*. **Jewish Women's Archive**, 2009. Disponível em: <<http://jwa.org/encyclopedia/article/observance-of-mitzvot-custom-and-halakhah>>. Acesso em 30 mar, 2020.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin. Entrevista narrativa. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**, v. 4, p. 90-113, 2002.

KEHL, Maria Rita. **Sobre ética e psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KÖCHE, José Carlos. Nonno Brandelli: lembranças e fotos. In: MAESTRI, Mario (Org.). **Nós, os ítalo gaúchos**. Porto Alegre: EDUFRGS, p. 76-80, 1996.

LE BRETON, David. Entrevista de David Le Breton a Bárbara Duarte. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 10, n. 28, p. 176-184, 2011.

LACAN, Jean Jacques. Saber, verdade, opinião. In: \_\_\_\_\_. **Seminário 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise** (Trad. M. C. I. Penot). Rio de Janeiro: Zahar, p. 22-40, 1987 (Trabalho original publicado em 1978).

LAMAS, Marta. Usos, dificultades y posibilidades de la categoría género. **Revista de Estudios de Género, La Ventana**, n. 1, p. 10-61, 2015.

LIMA, Daniel Costa; BÜCHELE, Fátima; CLÍMACO, Danilo de Assis. Homens, gênero e violência contra a mulher. **Saúde e Sociedade**, v.17, n.2, p. 69-81, 2008.

MARINHEIRO, André Luis Valentini; VIEIRA, Elisabeth Meloni; SOUZA, Luiz de. Prevalência da violência contra a mulher usuária de serviço de saúde. **Revista de Saúde Pública**, v. 40, n. 4, p. 604-610, 2006.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; BARBOSA, Fabíola Holanda. **História oral: como fazer, como pensar**. 2007.

MENDONÇA, João Guilherme R., RIBEIRO, Paulo R. M. Algumas reflexões sobre a condição da mulher brasileira da colônia às primeiras décadas do século XX. **Revista Ibero-Americana de Educação**, v. 5, n. 1, 2010.

MENEGHEL, Stela N.; MARTINI Vial, S. R. Rotas críticas: mulheres enfrentando as violências. Barcelona: **Athenea digital**, n. 14, 2008, p. 199-213.

MENEZES, Lucianne S. de. **Desamparo**. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MÜHLEN, Bruna Krimberg Von; STREY, Marlene Neves. Avanços e retrocessos no combate da violência contra mulheres. **Athenea digital: revista de pensamento e investigación social**, v.15, n. 2, p. 229-237, 2013.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia & Sociedade**, v. 18, n.1, p. 49-55, 2006.

NARVAZ, Marta G.; KOLLER, Sílvia H. Mulheres vítimas de violência doméstica: compreendendo subjetividades assujeitadas. **Psico**, v.37, n.1, 2006.

RESSEL, Lucia. Beatriz. et al. A influência da família na vivência da sexualidade de mulheres adolescentes. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v.15, n.2, p.245-250. 2011.

REZENDE, Claudia Barcellos. E COELHO, Maria Claudia. **Antropologia das emoções**. Rio de Janeiro; Fundação Getúlio Vargas, 2010. (Série: Sociedade & Cultura).



ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. **A moderna condição conjugal feminina: metamorfoses de corpos e afetos de mulheres descasadas**. Porto Alegre: CirKula, 2014.

SAFFIOTI, Heleieth Iara. Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

SAGOT, Montserrat; CARCEDO, Ana. **Ruta crítica de las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar en America Latina: Estudios de caso de diez países**: Pan American Health Org., 2000.

SAMPAIO, Daniel. **Labirinto de mágoas - As crises do casamento e como enfrentá-las**. Lisboa: Editorial Caminho, 2012.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 2, p. 35-50, 2004.

SILVA, Juliana. Franchi da. et al. Uma discussão sobre os direitos humanos e a violência de gênero na sociedade contemporânea. **Revista Sociais e Humanas**, v. 22, n. 9, p. 01-20, 2009.

SILVEIRA, Raquel da Silva; NARDI, Henrique Caetano. Interseccionalidade gênero, raça e etnia e a lei Maria da Penha. **Psicologia e Sociedade**, v. 26, n. spe, p. 14-24, 2014. Acesso em 04 de abr, 2020. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010271822014000500003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822014000500003&lng=en&nrm=iso)> Acesso em: 04 abr, 2020.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, v. 20, n.2, p. 71-99, 1995.

SCHÜTZE, Fritz. Pesquisa biográfica e entrevista narrativa. In: Weller Wivian, Pfaff Nicole (Org.). **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática**. Petrópolis (RJ): Vozes; p.211-222, 2010.

STREY, Marlene Neves. A “criação” do corpo feminino ideal. In: M. N. Strey & S. T. L. Cabeda (Org.). **Corpos e subjetividades em exercício interdisciplinar**. Porto Alegre (RS): Edipucrs; p. 225- 254, 2004.

ZOLET, Simone. Autonomia Afetiva: **Maturidade nas Interrelações**. In: Anais do I Simpósio de Consciencioterapia, 2000.

WALKER, Leonore. **The battered woman**. New York: Harper and How, 1979.

Recebido em: abril de 2019.

Aprovado em: dezembro de 2019.